

Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 19-06-2024

Ata nº 12

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manoel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara Municipal	P
José Augusto Passos Rodrigo	Vereador	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	P
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	Vereador	P
Maria Lina da Cunha	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P
Sónia Maria Esteves Trancoso	Vereador	P

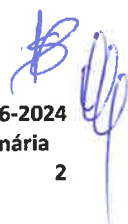
P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 13-06-2024

Operações Orçamentais	1 482 719,41€
Operações de Tesouraria	797 808,02€
Documentos	0,00€

Início da reunião:14.30 horas

Esta reunião foi secretariada por Soraia de Fátima Vaz Domingues, Chefe de Unidade da Divisão de Gestão Municipal.



I – Antes da ordem do dia

O Presidente da Câmara deu início à reunião começou por colocar à deliberação do Executivo, retirar da Ordem de Trabalho da presente reunião o assunto número 160.

Colocado à votação o Executivo deliberou por unanimidade retirar o assunto número 160 da Ordem de Trabalhos.

Prosseguiu dando nota da Conferência “Nutrir o Território”, a qual teve lugar nas Termas do Peso, no âmbito do terceiro aniversário do projeto NUTRIR, com a presença de grandes especialistas, alguns espanhóis, com uma demonstração do que tem sido o trabalho deste projeto, mas também do futuro do território e da importância do investimento no conhecimento para reinventar e melhorar as suas valências.

Informou do trabalho afincado do Município na concretização do programa 1.º Direito no território. A esse investimento na habitação, acresce a aquisição de um edifício para nele implementar nove apartamentos destinados a habitação social. Comunicou ainda, que no que diz respeito às habitações para arrendamento a custos controlados está agendada uma reunião com o IHRU para o próximo dia 26 de junho.

Congratulou o recebimento do selo PME Líder do IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., por cinco empresas de Melgaço, Aflex, Anselmo Mendes Vinhos, carpintaria e madeiras para construção António Cândido Esteves (ACE), Soalheiro e Granitos Monteagudo.

O Presidente da Câmara fez ainda referência às celebrações do Corpo de Deus no concelho, onde foi sentida uma mobilização significativa das Juntas de Freguesia, das Associações e da população em geral, quer na elaboração dos magníficos tapetes florais, quer na participação dos atos religiosos. Agradeceu ao Arciprestado e a todos os participantes por manterem as tradições, criarem dinâmica e embelezarem as ruas da Vila.

Parabenizou a Escola e as suas atletas da equipa feminina de futsal por se tornarem às Vice-Campeãs na modalidade. Também dirigiu os parabéns ao melgacense Miguel Alves e ao Melgaço em Patins pelo merecido lugar de Vice-Campeão Nacional.

Congratulou ainda, o grupo “Os Simples”, por mais um bonito espetáculo, digno de profissionais com casa cheia. Foram duas noites como sempre simplesmente excecionais.

Deu nota da comemoração dos vinte anos da Porta de Lamas de Mouro, primeira porta do Parque Nacional Peneda Gerês, considerada a melhor porta pela sua autenticidade.

Informou que já foi realizada a primeira reunião de trabalho no âmbito das obras do Centro de Saúde de Melgaço, uma vez aprovado o financiamento, reuniu o Município de Melgaço, com o acompanhamento dos técnicos, os representantes do centro de Saúde e a ULSAM, para começar desde já a pensar a forma de desenvolver a intervenção com o Centro de Saúde em funcionamento, minimizando ao máximo os transtornos que advêm das obras.



Comunicou que o procedimento para conceção e obra das Casas de fronteira ficou deserto, pelo que fica durante seis meses disponível a possibilidade de adjudicar o imóvel por ajuste direto.

Pronunciou-se sobre o concurso intermunicipal da CIM relativo aos transportes, pela segunda vez, duas empresas interpuseram providencias cautelares, pelo que já se está a finalizar a contestação. A expectativa da CIM é conseguir o levantamento da providencia cautelar e assim prosseguir com o concurso.

Referiu-se ao Espelho de Água, disse que é perceptível que os ambientalistas continuam atentos a este projeto, contudo continuamos a trabalhar, pois o Município também quer garantir o objetivo primordial de melhorar as margens.

Informou que foi realizada reunião com a empresa Roypasa, à qual foram adjudicados os lotes 1 e 2 da Zona Empresarial de Alvaredo, a empresa comunicou a sua intenção de desistir do processo de aquisição, tendo justificado a desistência o não recebimento de 1,5 milhões de euros em material, pelo que não dispõe de liquidez para avançar. O Presidente da Câmara afirmou ser lamentável este recuo da empresa, formalmente ainda não existe qualquer comunicação, pelo que quando tal seja feito serão tomadas as devidas diligências.

Pronunciou-se ainda, sobre a instituição Dona Paterna, dando nota que no Auto de Cedência do edifício sede da Associação e propriedade da Autarquia, estava previsto, que se verificando o incumprimento do fim para o qual foi cedido, o mesmo revertia para o Município. Desta forma, tendo o Município conhecimento do encerramento da instituição foi remetida à instituição a respetiva notificação para operar a reversão, até porque já foi mostrado interesse no edifício por parte de outras instituições com o mesmo fim.

Pediu a palavra o Vereador José Rodrigo começou por fazer uma chamada de atenção ao pagamento das senhas de presença, afirmando que contrariamente ao estipulado, não tem sido pagas.

Relativamente à conferência do NUTRIR disse fazer suas as palavras do Presidente. Parabenizou os atletas pelos logros obtidos.

No que diz respeito à Zona Empresarial de Alvaredo disse não se esperar esta notícia, disse que esperava que se criem mecanismos de promoção dos lotes disponíveis, pois só assim será possível ocupar a Zona Empresarial rapidamente e com empresas profícuas.

Questionou se já foi feito contrato com o ICNF relativo às Veigas de Castro Laboreiro, para prorrogação do prazo.

Por último, questionou o ponto de situação do Processo da Alta Tensão, afirmando que entendem que Melgaço deve manter-se solidário com os outros concelhos.

Interveio o Vereador Manuel Fernandes começou por parabenizar as cinco empresas locais pela atribuição do selo Pequenas Medias Empresas Líderes, pela sua inovação e empenho.

Referiu-se de seguida ao estado das estradas e valetas do concelho, disse perceber que se tenta poupar nas limpezas e se aguarda por setembro para fazer as necessárias limpezas, contudo a imagem atual é pouco digna do concelho, pelo que a estratégia aplicada deve ser repensada até por questões de segurança.

No que se refere ao processo da Alta tensão, afirmou que o facto de Melgaço não ser tocado no último traçado o preocupa menos, contudo disse que a falta de solidez dos Municípios do Distrito em defender esta causa é preocupante. Afirmou ser estranho a CIM Alto Minho não ter liderado este processo e ser o Município de Monção a fazê-lo, pois todos juntos somos mais fortes. A verdade é que o Presidente da Câmara de Monção tem sido muito ativo em defender os interesses não só do concelho de Monção, mas do Distrito e a CIM Alto Minho tem feito aparentemente zero em relação a esse assunto.

Questionou porque se deixou de realizar o torneio UnderCup em Melgaço e este ano tem lugar em Monção.

Sobre a informação relativa à desistência da empresa Roypasa, afirmou que se trata de uma empresa com sede em Monção, pelo que desistindo deste processo mantém a sua sede nesse concelho, o que leva a questionar se a justificação apresentada será verdadeira ou haverá algo mais.

Sobre as diligências com o IHRU no que toca ao projeto das casas para arrendamento controlado questionou se as alterações ao nível do Governo, que pressupõe alterações ao IHRU têm influenciado no andamento do projeto.

O Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas, no que toca às senhas disse que já está previsto o seu pagamento ainda esta semana.

Relativamente ao Protocolo com o ICNF referente às veigas e a outros imóveis para prorrogação do prazo de cedência disse que o mesmo faz parte da presente ordem de trabalhos.

No que diz respeito a capitalização de empresas para a Zona Empresarial de Alvaredo, esse trabalho está a ser feito, contudo os territórios não têm que ter medo da concorrência, o nosso concelho tem toda a capacidade de ser atrativo. Todo o Distrito, bem como o lado Galego estão a crescer e os especialistas dizem que este espaço noroeste peninsular vai continuar a crescer, pelo que Melgaço está a crescer e não deve ter medo de quem o rodeia, mas sim usar isso como uma vantagem.

No que toca ao processo Alta Tensão o Presidente afirmou que não existe qualquer retirada da CIM, há um ano houve entendimento, no momento que se passou para a via judicial, de que os Municípios deveriam estar alinhados e não a CIM. Ficou nesse momento o Município de Monção a liderar o processo e a reunir todos os elementos dos cinco Municípios. A CIM mantém toda a solidariedade e apoio. O Município de Melgaço apesar de neste último traçado ter diminuído a extensão, a freguesia de Penso ainda se vê afetada.

Acrescentou, que houve parecer favorável por parte da DGEG à construção desta linha, tendo a REN apresentado esse mesmo parecer aos cinco Municípios abrangidos. A necessidade de compensação já foi legislada, mas ainda não regulamentada até à presente data.

Sobre a intervenção nas estradas e valetas do concelho o Presidente da Câmara deu nota que está a ser preparado um conjunto de intervenções para o final do ano corrente ou início do próximo ano. O que determinará uma intervenção estrutural na rede viária municipal.

Relativamente às valetas o Presidente explicou que a empresa à qual foi adjudicado o serviço já se encontra no terreno neste momento a executar o traçado Vila a Cristoval, de seguida segue para Penso, depois da Vila a Castro, já está acautelado.

Sobre o UnderCup o Presidente da Câmara explicou que nas edições que se desenvolveu em Melgaço ocorreram problemas e controvérsias quanto à operacionalidade do campeonato, não tendo a empresa cumprido com o que eram as suas obrigações, pelo que se considerou que não deveria continuar a investir nesse projeto.

No que se refere ao processo das casas para arrendamento controlado disse não achar que haja problemas com as alterações das chefias neste organismo.

II - Ordem do dia

Administração Municipal

146. Presente para efeitos de aprovação a Ata n.º 8 de 15-04-2024.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata n.º 8 de 15-04-2024.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

147. Justificação de falta.

Neste ponto não se verificou qualquer requerimento de justificação de falta.

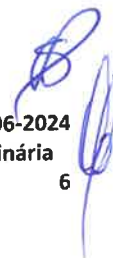
Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

148. Presente para efeitos de aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de Candidatura a Juizes Sociais e respetiva lista de candidatos para o biénio 2024/2026 (DL n.º 156/78 de 30 de junho), que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções da bancada PPD/PSD e não tendo participado na votação a Vereadora Maria Lina da Cunha por integrar a lista proposta, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 6338 de 12-06-2024 e no uso do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 156/78, de 30 de junho, a aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de Candidatura a Juizes Sociais e respetiva lista de candidatos para o biénio 2024/2026.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

149. Presente para efeitos de aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de aditamento à 1ª Revisão de Estratégia Local de Habitação do



Município de Melgaço, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 6360 de 12-06-2024 e no uso da competência conferida pela alínea a) do n.º1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de aditamento à 1ª Revisão de Estratégia Local de Habitação do Município de Melgaço, nos termos do disposto na alínea h) do n.º1 do artigo n.º25 da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

150. Presente para efeitos de aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a Constituição do Conselho Municipal de Educação de Melgaço, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções dos Vereadores da bancada PPD/PSD, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 6448 de 13-06-2024 e no uso do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, a aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a Constituição do Conselho Municipal de Educação de Melgaço.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

151. Presente requerimento de Josefa Aira Pereiro Leitão, a solicitar a transferência da licença de uso privativo do lugar n.º 23 da feira semanal para o seu filho Daniel Aira Leitão, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 5827 de 29-05-2024 e ao abrigo do artigo 22.º do RMAENS, a aprovação da transferência de uso privativo do lugar n.º 23 da feira semanal para Daniel Aira Leitão.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

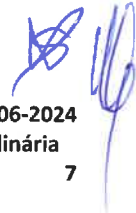
152. Presente para efeitos de aprovação a proposta de apoio ao arrendamento/crédito habitação, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 6354 de 12-06-2024 e no uso da competência prevista na alínea u) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da proposta de apoio ao arrendamento/crédito habitação.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

153. Presente para efeitos de ratificação a aprovação de pedido da União de Freguesias de Chaviães e Paços, a solicitar a cedência de 40 sacos de sal, para a realização de um tapete em flor, a integrar no evento do "Corpo de Deus", que se realizou no dia 30 de maio de 2024. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 5737 de 27-05-2024 e no uso da competência prevista na alínea o) do n.º 1



do artigo 33.º da Lei n. 975/2013, de 12 de setembro, ratificar a aprovação da cedência de 40 sacos de sal, para a realização de um tapete floral.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

154. Presente para efeitos de ratificação a aprovação do pedido da Associação Melgaço em Movimento, a solicitar a cedência de 12 sacos de sal, para o tapete floral, a integrar no evento do "Corpo de Deus", que se realizou no dia 30 de maio de 2024. O Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 95719 de 27-05-2024 e no da competência prevista na alínea p) do n. 91 do artigo 33.º da Lei n. 975/2013, de 12 de setembro, ratificar a aprovação da cedência de 12 sacos de sal, para o tapete floral.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Gabinete de Gestão da Qualidade e Modernização Administrativa

155. Presente para efeitos de aprovação a revisão do PPRGCIC - Plano de Prevenção de Risco de Gestão Corrupção e Infrações Conexas, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 96242 de 11-06-2024, a aprovação da revisão do PPRGCIC - Plano de Prevenção de Risco de Gestão Corrupção e Infrações Conexas.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

156. Presente requerimento em nome de Manuel António Araújo Ferreira, a solicitar a emissão de certidão de prédio em ruínas, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 162 da Freguesia de Penso, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 96142 de 07-06-2024 e no uso da competência prevista no n. 95 do artigo 46.º do CIMI, a aprovação da emissão de certidão de prédio em ruínas, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 162 da Freguesia de Penso.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

157. Presente para efeitos de aprovação a Alteração à Operação de Loteamento do Bairro da Senhora da Graça, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. 96428 de 13-06-2024 e no uso da competência prevista na alínea f) do n. 91 do artigo 33.º da Lei n. 975/2013, de 12 de setembro, a aprovação da Alteração à Operação de Loteamento do Bairro da Senhora da Graça.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

158. Presente para efeitos de ratificação a aprovação da alteração ao ordenamento de trânsito em algumas ruas da Freguesia de Alvaredo no seguimento da realização do evento

"AllVaredo Music Fest 2024", que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º5862 de 31-05-2024 e no uso do n. º3 do artigo 35.º do RJAL, aprovado pela Lei n. º75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar a aprovação da alteração ao ordenamento de trânsito em algumas ruas da Freguesia de Alvaredo.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

159. Presente para efeitos de aprovação a alteração ao ordenamento de trânsito na Avenida Padre Aníbal Rodrigues - Castro Laboreiro, para a realização das Festas em honra de Santa Maria da Visitação, no dia 7 de julho de 2024, das 16h às 19h, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º6173 de 11-06-2024 e no uso do n. º1 do artigo 15.º do Regulamento Municipal de Trânsito e Estacionamento, aprovar a alteração ao ordenamento de trânsito na Avenida Padre Aníbal Rodrigues – Castro Laboreiro, para a realização das Festas em honra de Santa Maria da Visitação.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Obras e Serviços Urbanos

160. Presente para efeitos de aprovação a abertura de procedimento para atribuição de licença de ocupação do domínio público municipal para a instalação de postos de carregamento de veículos elétricos (PCVE), que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, retirar este assunto da ordem de trabalhos.

161. Ofício da União de Freguesias de Chaviães e Paços, a solicitar a concessão de um subsídio no valor de 211.415,10€ + IVA, para a empreitada do Cemitério Novo de Chaviães. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º6230 de 11-06-2024 e no uso da competência prevista na alínea o) do n. º1 do artigo 33.º da Lei n. º75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio de 211.415,10€ + IVA, para a empreitada do Cemitério Novo de Chaviães.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

162. Ofício da Freguesia de Alvaredo, a solicitar a concessão de um subsídio no valor de 9.492,30€, para pavimentação da Rua da Corredoura e acesso à Capela de São João. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n. º6371 de 13-06-2024 e no uso da competência prevista na alínea o) do n. º1 do artigo 33.º da Lei n. º75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 9.492,30€, para pavimentação da Rua da Corredoura e acesso à Capela de São João.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

163. Ofício da Freguesia de Couso, a solicitar a concessão de um subsídio no valor de 5.830,00€, para as obras na envolvente à Casa Mortuária da Freguesia de Couso. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 6375 de 13-06-2024 e no uso da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 5.830,00€, para as obras na envolvente à Casa Mortuária da Freguesia de Couso.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

164. Pedido da Freguesia de Paderne, a solicitar o fornecimento de material para a concretização da beneficiação de diversos caminhos e criação de valetas da Freguesia. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 6380 de 13-06-2024 e no uso da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o fornecimento de material no valor de 6.412,36€ + IVA.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Proteção Civil

165. Presente para efeitos de aprovação a proposta de Protocolo da colaboração entre a Federação Distrital de Bombeiros e os Municípios do Alto Minho, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 6002 de 05-06-2024, a aprovação da proposta de Protocolo de Colaboração entre a Federação Distrital de Bombeiros e os Municípios do Alto Minho – DECIR 2024.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Gestão Municipal

166. Presente para efeitos de aprovação a proposta de abertura de procedimento concursal comum de recrutamento para a constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, licenciado na área de arquitetura e urbanismo, do mapa de pessoal 2024 para exercer funções na Divisão de Planeamento de Gestão Territorial, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções dos Vereadores da bancada PPD/PSD, e no uso da competência que lhe confere o n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei 209/2009, de 3 de setembro, que adapta o disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro à administração local, a aprovação da proposta de abertura de procedimento concursal comum de recrutamento para a constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, licenciado na área de arquitetura e urbanismo, do mapa de pessoal 2024 para exercer funções na Divisão de Planeamento de Gestão Territorial.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

167. Presente para efeitos de aprovação a emissão de parecer prévio favorável à celebração de contrato de tarefa de técnico de cadastro para reforçar a equipa do BUPI de Melgaço, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 6252 de 12-06-2024 e no uso e para os efeitos previstos no artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio e no uso da competência prevista no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, emitir parecer prévio favorável à celebração de contrato de tarefa de técnico de cadastro para reforçar a equipa do BUPI de Melgaço.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

168. Presente para efeitos de aprovação, a adenda ao Acordo de Colaboração celebrado em 07 de agosto de 2012 com o Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta (ICNF), que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 6396 de 13-06-2024 e no uso e para os efeitos da alínea o), do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da minuta de adenda ao Acordo de Colaboração celebrado em 07 de agosto de 2012 com o Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta (ICNF).

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

169. Presente para efeitos de aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, os Contratos Interadministrativos no âmbito do transporte - Freguesia de S. Paio e União de Freguesias de Chaviães e Paços, que ficará anexo a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por maioria, com três abstenções dos Vereadores do PPD/PSD, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 6333 de 12-06-2024 e no uso da competência que lhe confere a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL, a aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a celebração dos Contratos Interadministrativos com a Freguesia de S. Paio e a União de Freguesias de Chaviães e Paços, no âmbito do Transporte escolar para o ano letivo 2024/2025.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

170. Presente para efeitos de aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a Retificação dos Limites Administrativos das Freguesias de Gave, concelho de Melgaço e Riba de Mouro, concelho de Monção, que ficará anexo a esta ata. A Chefe de Unidade prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 6497 de 14-06-2024, a aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a retificação dos Limites Administrativos das Freguesias de Gave.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

171. Presente para efeitos de aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, os documentos de Prestação de Contas Consolidada de 2023, que ficará anexa a esta ata.

Pedi a palavra o Vereador José Rodrigo afirmou que relativamente à Melsport continuam a defender que a empresa deve ser potenciada, garantindo a sua maior sustentabilidade e dimensão comercial, efetivamente verifica-se um ligeiro aumento comercial, mas o que mantém a empresa é o apoio do Município. Pelo que urge rever a estratégia da empresa no sentido de a tornar sustentável.

Na Cura Aquae verifica-se consecutivamente a existência nos três anos anteriores e no corrente ano, de capitais próprios inferiores a 50% sobre os capitais sociais, o que leva à situação de insolvência/dissolução da empresa ao abrigo da Lei. Numa situação destas, só seria viável de imediato proceder-se a uma das duas opções: decretar insolvência e proceder-se à abertura de nova empresa, ou injeção de capital. Um investidor privado já injetou um milhão de euros. Efetivamente sem o hotel será mais um ano negativo, prosseguindo-se a gestão de uma empresa com falência técnica, pelo que deveriam continuar a operação, mas com outra empresa, ou então injetar capital.

O Presidente explicou que uma empresa pública não pode fazer esse tipo de mecanismos financeiros, nunca seria solução fechar a empresa para abrir outra, a solução foi encontrada e está no parceiro privado que tem com todos os esforços mantido a empresa e assumido os prejuízos.

O Executivo deliberou, por maioria, com três votos contra dos vereadores do PPD/PSD, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, os documentos da Consolidação de Contas do ano de 2023, nos termos da alínea a) nº1 do artº33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

172. Presente para efeitos de aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a Revisão Orçamental n.º 3, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, a Revisão Orçamental n.º 3/2024.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Presidência

173. Presente para efeitos de aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de adenda aos Autos de Transferência com as Juntas de Freguesia, que ficará anexa a esta ata.

Pedi a palavra o Vereador José Rodrigo para questionar qual o critério de atribuição dos valores, uma vez que considera que idealmente deveria ser por área a limpar, contudo a freguesia de Alvaredo com 4 km detém o mesmo valor que a Freguesia de Fiães com 12

km, ou por exemplo a União de Freguesias de Parada do Monte e Cubalhão com 30 km recebe o mesmo que a União de Freguesias de Prado e Remoães.

O Presidente respondeu que os valores são estabelecidos em concordância com as Juntas de Freguesia, não tendo sido estabelecido esse critério, pois não é fácil definir exatamente a extensão de cada uma.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos e para os efeitos do n.º 4, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, a proposta de adenda aos Autos de Transferência com as Juntas de Freguesia.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 17.15 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Soraia Paz Domingos Chefe de Unidade da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal



Manoel Batista Calçada Pombal